

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	32
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.000
Preferenciais	0
Total	1.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Previsto no Estatuto da Empresa	30/04/2012	Dividendo	31/05/2013	Ordinária		76,11480

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	347	1.395
1.01	Ativo Circulante	347	1.395
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	303	243
1.01.06	Tributos a Recuperar	40	164
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40	164
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4	988
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	988
1.01.08.01.01	Emissão de Títulos-CRI 1ª Emissão	0	988
1.01.08.03	Outros	4	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	347	1.395
2.01	Passivo Circulante	128	1.102
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	2
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	2
2.01.02	Fornecedores	52	4
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52	4
2.01.02.01.01	Outras Contas a Pagar	13	0
2.01.02.01.02	Contas a Pagar	39	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	120
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	120
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	120
2.01.05	Outras Obrigações	76	976
2.01.05.02	Outros	76	976
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	76	76
2.01.05.02.04	Direitos Creditórios a Pagar-1ª Emissão 1ªS e 2ªS	0	900
2.02	Passivo Não Circulante	20	63
2.02.02	Outras Obrigações	20	63
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	20	63
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	20	63
2.03	Patrimônio Líquido	199	230
2.03.01	Capital Social Realizado	1	1
2.03.04	Reservas de Lucros	236	229
2.03.04.01	Reserva Legal	0	1
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	236	228
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-38	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42	-5
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41	-5
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-42	-5
3.06	Resultado Financeiro	4	0
3.06.01	Receitas Financeiras	4	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-38	-5
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38	-5
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-38	-5
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1.000,00000	1.000,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,04000	-0,01000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-38	-5
4.03	Resultado Abrangente do Período	-38	-5

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	103	-5
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-38	-5
6.01.01.02	(-) Prejuízo no Período	-38	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	53	0
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a recolher	-123	0
6.01.02.03	Outros ativos e passivos	13	0
6.01.02.04	Tributos correntes a recuperar	124	0
6.01.02.08	Obrigações Recorrentes a Pagar	39	0
6.01.03	Outros	88	0
6.01.03.01	Emissão de títulos- CRI -1ª emissão 1ªS e 2ªS	988	0
6.01.03.02	Direitos Creditórios a Pagar-1ª Emissão	-900	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43	5
6.03.01	Valores a pagar a partes relacionadas	-43	5
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	60	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	243	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	303	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	228	0	0	229
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	8	0	0	8
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	236	0	0	237
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-38	0	-38
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-38	0	-38
5.07	Saldos Finais	1	0	236	-38	0	199

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5	0	-5
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5	0	-5
5.07	Saldos Finais	1	0	0	-5	0	-4

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22	-5
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-5
7.02.04	Outros	-19	0
7.02.04.01	Serviços de Terceiros e outros-Estruturação	-19	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-22	-5
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-22	-5
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4	0
7.06.02	Receitas Financeiras	4	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-18	-5
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-18	-5
7.08.01	Pessoal	15	0
7.08.01.04	Outros	15	0
7.08.01.04.01	Pró-Labore e Encargos	15	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-38	-5
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-38	-5

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

A administração da REIT Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A., apresenta o Relatório da Administração e as Informações Trimestrais - ITR da Companhia em 31 de março de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

A REIT Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A., tem como objeto social, conforme seu estatuto, a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514/97 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários

A Companhia solicitou seu registro junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, como emissor de valores mobiliários na categoria "B" em conformidade com as disposições da Instrução CVM 480/2009, concedido em 10 de maio de 2012, através do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº 012/2012.

1º Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários

Refere-se aos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) emitidos e negociados pela Companhia, sendo a 1º e 2º . Séries da 1º Emissão com amortizações mensais e atualização monetária anual de acordo com a variação do IGP-M.

A Emissão do CRI realizada pela Companhia, nos termos da cláusula nona do Termo de Securitização instaurou regime fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, e Garantias, incluindo a Conta Centralizadora no Banco Itaú, que constituem o lastro para a Operação.

Os créditos criação de patrimônio separado permanecerão separados e segregados do patrimônio da Emissora, até que se complete o resgate dos CRI.

A Companhia não e responsável pela cobertura de qualquer inadimplência ou patrimônio líquido negativo da emissão realizada.

Capital Social

Comentário do Desempenho

O capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (uma mil) ações ordinárias nominativas.

Conselho de Administração e Diretoria Administrativa

Os membros do conselho de Administração e da Diretoria Administrativa, estão compostos por 3 e 2 membros sucessivamente, os quais possuem mandatos válidos por dois anos.

Membros do conselho

Mauricio Visconti Luz - Presidente

Márcia Maria Carneiro - Conselheiro Efetivo

Rodrigo Carlos Pinto - Conselheiro Efetivo

Membros da diretoria

Bruno Patrício Braga do Rio – Diretor Presidente

Márcia Maria Carneiro – Diretora de Relações com Investidores

Informações Adicionais

Em concordância com as disposições normativas vigentes (Instrução CVM nº 386, de 28 de março de 2003), cumpre esclarecer que o Auditor Independente ou Partes Relacionadas com o Auditor Independente da Companhia (KPMG Assessores Tributários Ltda.) não prestam qualquer tipo de serviço que não seja de auditoria externa.

A Administração

MÁRCIA MARIA CARNEIRO
Diretora de Rel. com Investidores

BRUNO PATRICIO BRAGA DO RIO
Diretor Presidente

Notas Explicativas

**Reit Securitizadora de
Recebíveis Imobiliários S.A.**

**Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em
31 de março de 2013**

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais	12

Notas Explicativas

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais – ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

A Companhia registrou uma correção de erro no patrimônio líquido de 31 de março de 2013, no valor de R\$ 7 mil, que em nosso entendimento, deveria ter sido efetuado durante o exercício de 2012 ou, ser apresentado na demonstração financeira subsequente, após a sua identificação, de acordo com os requisitos do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Tal erro foi gerado pelo registro incorreto de despesas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Adicionalmente, verificamos que a Companhia tem registrado a receita de prestação de serviço, referente ao suporte administrativo ao cedente da operação em aberto em 31 de março de 2013 apenas no final de cada exercício. No nosso entendimento, tal receita deveria ser apropriada mensalmente de acordo com o prazo de fluência da operação a que a prestação do serviço está vinculada. Caso tal receita tivesse sido apropriada na competência correta, o resultado corrente do trimestre findo em 31 de março de 2013 seria aumentado de R\$ 17 mil.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos nos parágrafos de “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9.c, às informações trimestrais, que descreve a existência de uma reserva para retenção de lucros, registrada com base na Lei das S.A. e no CPC 13 - cujo valor refere-se a lucros acumulados de exercícios anteriores que estão sem destinação até a data da emissão da nossa conclusão. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório datado 28 de março de 2013, que não conteve qualquer modificação.

Notas Explicativas

Ajuste do balanço patrimonial separado

Como parte da nossa revisão das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013, examinamos também o ajuste descrito na Nota Explicativa nº 2.5 que foi efetuado para alterar a classificação contábil de algumas contas do balanço patrimonial separado de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tal ajuste é apropriado e foi corretamente efetuado. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia e/ou balanço patrimonial separado, referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer outra forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2012 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. (“Companhia”), constituída em 19 de janeiro de 2011 tem como objeto social a securitização de créditos. Sua sede está localizada na Avenida Rio Branco, 181 Sala 711, Centro, Rio de Janeiro - RJ, e a companhia está registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro “JUCERJA” sob o Nire nº 33.3.0030367-7.

A alteração de endereço da sede do Estado de São Paulo para o Rio de Janeiro, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012.

A Companhia solicitou seu registro junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários, como emissor de valores mobiliários na categoria "B", em conformidade com as disposições da Instrução CVM 480/2009, concedido em 10 de maio de 2012, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº 012/2012.

Até 31 de março de 2013, a Companhia mantinha as seguintes emissões de CRI em vigor:

1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação.

A Companhia obteve a autorização dos administradores por meio da deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 17 de agosto de 2012 para a emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários “CRI” no montante de R\$ 30.000.

2 Base de preparação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Os membros do Conselho de Administração, em 29 de novembro de 2013, tomaram conhecimento das informações trimestrais da Companhia e autorizaram a sua divulgação, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembléia de Acionistas.

2.2 Base da mensuração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- (i) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício/período em que são revisadas.

2.5 Atendimento à instrução CVM 414/04

A instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas aos resgates dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações na Nota Explicativa nº 15.

Abaixo demonstramos os saldos do ativo, passivo e das demonstrações de resultado antes e depois do patrimônio separado, comparativamente para a posição financeira em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012; e para a demonstração do resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012.

Balanço Patrimonial - Comparativo 31 de março de 2013 vs. 31 de dezembro 2012

Ativo

Descrição	31/03/2013			31/12/2012		
	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/03/2013	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2012
Ativo total	347	31.430	31.777	1.426	29.090	30.516
Ativo circulante	347	5.038	5.385	1.426	3.601	5.027
Caixa e equivalentes de caixa	303	1.487	1.790	357	611	968
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
TVM Disponível para Venda	-	-	-	905	-	905
Direitos creditórios adquiridos	-	3.551	3.551	-	2.990	2.990
Tributos correntes a recuperar	40	-	40	164	-	164
Outros créditos a receber	4	-	4	-	-	-
Ativo não circulante	-	26.392	26.392	-	25.489	25.489
Direitos creditórios adquiridos	-	26.392	26.392	-	25.489	25.489

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

Passivo

Descrição	31/03/2013			31/12/2012		
	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/03/2013	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2012
Passivo total	347	31.430	31.777	1.426	29.090	30.516
Passivo circulante	128	5.038	5.166	1.126	3.499	4.625
Contas a pagar	39	-	39	-	-	-
Dividendos a pagar	76	-	76	76	-	76
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	126	-	126
Outras contas a pagar	13	1.487	1.500	19	509	528
Direitos Creditórios a Pagar	-	-	-	905	-	905
Captação com emissão de títulos - CRI	-	3.551	3.551	-	2.990	2.990
Passivo não circulante	20	26.392	26.412	63	25.591	25.654
Captação com emissão de títulos - CRI	-	26.392	26.392	-	25.489	25.489
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	10	11	-	11
Contas a pagar	10	-	10	52	102	154
Patrimônio Líquido	199	-	199	237	-	237
Capital Social	1	-	1	1	-	1
Reserva de Retenção de Lucros	236	-	236	236	-	236
Prejuízos acumulados	(38)	-	(38)	-	-	-

Demonstração do Resultado do Exercício - Comparativo trimestre findo em 31 de março de 2013 vs. 31 de março de 2012

Descrição	31/03/2013			31/03/2012		
	Saldo antes Patrimônio em Separado	Patrimônio em Separado	Saldo final em 31/03/2013	Saldo antes Patrimônio em Separado	Patrimônio em Separado	Saldo final em 31/03/2012
Despesas administrativas	(41)	-	(41)	(5)	-	(5)
Despesas tributárias	(1)	-	(1)	-	-	--
Resultado financeiro líquido	4	-	4	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(38)	-	(38)	(5)	-	(5)
IRPJ e CSLL	-	-	-	-	-	-
(Prejuízo) do período	(38)	-	(38)	(5)	-	(5)

O balanço patrimonial separado de 31 de dezembro de 2012 foi ajustado nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “TVM Disponível para Venda”, “Direitos creditórios adquiridos”, “Impostos e contribuições a recolher”, “Contas a pagar”, “Outras contas a pagar”, “Captação com emissão de títulos – CRI” e “Reserva de Retenção de Lucros” para corrigir um erro de classificação contábil feito na rubrica de “prejuízos acumulados”, no montante de R\$ 239.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios/períodos apresentados nestas informações trimestrais.

3.1 Moeda estrangeira

No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não-derivativos

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta corrente com patrimônio fiduciário, direitos creditórios adquiridos e outras créditos a receber. Os passivos financeiros são representados pelas obrigações por emissão de Crédito de Recebíveis Imobiliários e contas correntes com patrimônio fiduciário e outras contas a pagar.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras que não se enquadram na classificação de equivalente de caixa devem ser classificadas como títulos e valores mobiliários nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido e da condição de efetivar tal propósito. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos bancários, em espécie ou aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A aplicação é considerada de curto prazo quando possui vencimento de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

(iii) *Empréstimos e recebíveis*

Contas a receber - Recebíveis imobiliários

São representados por direitos creditórios adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos imobiliários sem coobrigação do cedente.

Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por projeto.

Passivos financeiros e não-derivativos

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros a custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

O passivo financeiro da Companhia inclui somente outras contas a pagar e conta corrente com patrimônios fiduciários.

Caso haja créditos com liquidação duvidosa, tais créditos podem ser devolvidos às empresas de quem a Companhia os comprou ou pode haver a troca dos mesmos por outros, de acordo com as condições de coobrigação dos contratos de compra de recebíveis, não sendo aplicável, portanto, a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativos e passivos financeiros.

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

Os passivos circulantes e não circulantes dos CRI são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por projeto.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado da operação ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

3.3 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.4 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas em função de evento passado, quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do exercício da operação de acordo com o fluxo de recebimento dos recebíveis.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

As antecipações e os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.7 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de março de 2013. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. Dentre as novas normas emitidas, a Administração está avaliando os possíveis impactos oriundos da aplicação do IFRS 9 - *Financial Instruments*, o qual é mandatório a partir de 1º de janeiro de 2015, e que poderá modificar a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros da Companhia. A Companhia não pretende adotar o IFRS 9 antecipadamente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2013	31/12/2012
Caixa	1	-
Bancos	114	6
Aplicações financeiras (4.1)	188	237
	<u>303</u>	<u>243</u>

4.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/03/2013	31/12/2012
Operações compromissadas –Certificados de Depósito Bancário	<u>188</u>	<u>237</u>

Composto por títulos emitidos pelo Banco Itaú, onde o mesmo revende ao investidor papéis que tem em carteira, público ou privado, com o compromisso de recompra a qualquer momento, pela taxa de 99% do CDI.

5 Tributos correntes a recuperar

	31/03/2013	31/12/2012
IRPJ	24	108
CSLL	7	46
PIS	1	1
COFINS	8	8
IRRF sobre aplicação financeira	-	1
	<u>40</u>	<u>164</u>

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

6 Contas a pagar e outras contas a pagar

	31/03/2013	31/12/2012
Adiantamento SOCICAM (6.1)	39	-
Outras contas a pagar	<u>13</u>	<u>4</u>
	<u><u>52</u></u>	<u><u>4</u></u>

6.1 Adiantamento SOCICAM

O saldo registrado nessa conta refere-se à adiantamentos realizados pela SOCICAM relacionados a renovação anual dos contratos de prestação de serviço ligados a administração da operação em aberto em 31 de março de 2013.

7 Partes Relacionadas

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos com partes relacionadas eram os seguintes:

	31/03/2013	31/12/2012
AFAC (7.1)	10	11
Contas a pagar (7.2)	<u>10</u>	<u>52</u>
	<u><u>20</u></u>	<u><u>63</u></u>

7.1 Operações com partes relacionadas, sem vencimento e/ou encargos, no montante de R\$ 10 (em 31 de dezembro de 2012: R\$ 11), conforme previsto no “Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”, firmado entre a Companhia e a Reit Consultoria de Investimentos Ltda., datado de 1º de janeiro de 2012.

7.2 Contas a pagar à Reit Consultoria de Investimentos Ltda, no montante de R\$ 10 (em 31 de dezembro de 2012: R\$ 52), referente a recursos obtidos para pagamento de despesas administrativas, conforme previsto em “Instrumento Particular de Compartilhamento de Custos e Despesas Comuns”, datado de 1º de outubro de 2012.

8 Dividendos a pagar

O saldo de dividendos a pagar, no valor de R\$ 76 (mesmo valor em 31/12/2012) refere-se ao exercício de 2012 e foi reconhecido de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 1, totalmente integralizado.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

b. Reserva legal

Constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo 20% do Capital Social da Companhia.

c. Reserva de retenção de lucros

Representa a parcela do lucro apurado em 2012, após a constituição da Reserva legal e dividendo mínimo garantido, sem destinação específica, e que ainda não distribuída, e será submetida à aprovação em Assembleia, para posterior pagamento aos acionistas.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

10 Despesas gerais e administrativas

	31/03/2013	31/03/2012
Serviços	22	5
Pessoal	19	-
	<u>41</u>	<u>5</u>

11 Lucro líquido/(prejuízo) por ação

O (prejuízo)/lucro líquido utilizado na apuração do resultado diluído por ação é o seguinte:

	31/03/2013	31/12/2012
(Prejuízo)/lucro líquido	(38)	(5)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do (prejuízo)/lucro líquido por ação	1.000	1.000
(Prejuízo)/lucro líquido utilizado na apuração do (prejuízo)/lucro diluído por ação	(0,04)	(0,01)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do resultado por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do resultado básico por ação, como segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração	1.000	1.000

12 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

O investimento em CRI envolve uma série de riscos que deverão ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora, quanto à Cedente e aos próprios CRI, objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas neste Termo, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento.

Os CRIs estão sujeitos às variações e condições do mercado de atuação da cedente dos créditos de cada recebível imobiliário, pois são afetados principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Os CRI também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos CRI, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são caixa e bancos, operações compromissadas, em condições normais de mercado, estando reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 4.

a. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, os CRI emitidos pela Companhia são remunerados a taxas prefixadas.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

c. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os principais saldos expostos a riscos de créditos são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e outros créditos a receber conforme demonstrado no balanço patrimonial.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de exigências previstas em contratos de CRI.

e. Gerenciamento de riscos

O investimento em CRI envolve uma série de riscos que deverão ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora, quanto à Cedente e aos próprios CRI, objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas neste Termo, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento.

Os CRI's estão sujeitos às variações e condições do mercado de atuação da cedente dos créditos de cada recebível imobiliário, pois são afetados principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Os CRI também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos CRI, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

13 Contingências

A Companhia não tem conhecimento de ser parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

14 Outras informações

Para o período de 1º de janeiro a 31 de março de 2013, não houve deliberação sobre a remuneração dos administradores (Conselho e Diretoria). Durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, ocorreu o pagamento correspondente a remuneração estabelecida para os administradores conforme ata de 20 de julho de 2011.

15 Demonstrações financeiras fiduciárias

Para elaboração do balanço fiduciário por emissão do CRI foram utilizados os mesmos critérios contábeis observados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. A seguir, destacamos o balanço fiduciário em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

31 de março de 2013

Ativo	Circulante					Não-circulante
	Total do ativo	Caixa e equivalentes	Aplicações financeiras	Direito creditório a receber	Outros ativos	Direito creditório a receber
Séries da 1ª Emissão						
1ª e 2ª	31.430	1.487	-	3.551	-	26.392
Total	31.430	1.487	-	3.551	-	26.392
Passivo	Circulante			Não-circulante		
	Total do passivo	Obrigação por emissão de CRI	Garantias a Liberar	Outros valores a pagar	Obrigação por emissão de CRI	Outros valores a pagar
Séries da 1ª Emissão						
1ª e 2ª	31.430	3.551	708	523	26.392	255
Total	31.430	3.551	708	523	26.392	255

31 de dezembro de 2012

Ativo	Circulante					Não-circulante
	Total do ativo	Caixa e equivalentes	Aplicações financeiras	Direito creditório a receber	Outros ativos	Direito creditório a receber
Séries da 1ª Emissão						
1ª e 2ª	29.090	611	-	2.990	-	25.489
Total	29.090	611	-	2.990	-	25.489
Passivo	Circulante			Não-circulante		
	Total do passivo	Obrigação por emissão de CRI	Garantias a Liberar	Outros valores a pagar	Obrigação por emissão de CRI	Outros valores a pagar
Séries da 1ª Emissão						
1ª e 2ª	29.090	2.990	-	509	25.489	102
Total	29.090	2.990	-	509	25.489	102

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

15.1 Direitos creditórios a receber

São representados por direitos creditórios adquiridos de operação de cessão de Cédulas de Créditos Imobiliários com coobrigação do cedente. Foram constituídos ágios/deságios a amortizar com base na diferença do valor pago pelos créditos adquiridos e o valor contábil dos mesmos, na data da operação. Estes ágios/deságios serão amortizados conforme o recebimento das parcelas dos créditos adquiridos e encontram-se registrados em conta redutora do contas a receber.

Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos na Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por projeto.

15.2 Obrigação por emissão de CRI

Os CRIs foram emitidos sob o regime fiduciário e estão lastreados por Créditos Imobiliários vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia e controlados individualmente (“Patrimônios Fiduciários”). O acompanhamento desses CRIs é efetuado por agentes fiduciários, legitimados a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores.

Os saldos contábeis refletem o valor presente dos desembolsos futuros às taxas de desconto que refletem as atuais avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos. Não há qualquer evidência de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o montante exigível dos CRIs.

CRIs	Data início	Data término	Valor unitário (*)	Quantidade	Juros ao ano (*)	31/03/2013	31/12/2012
1ª emissão 1ª série	10/09/2012	10/09/2019	26.816	90	10	26.948	27.458
1ª emissão 2ª série	10/09/2012	10/09/2013	2.980	10	10	2.995	3.051
						29.943	30.509

(*) Os CRIs foram atualizados pelo IGP-M.

Atualmente, não há qualquer evidência de ocorrência de eventos que possam afetar o montante exigível dos CRIs.

16 Eventos subsequentes

- a. A remuneração anual dos administradores (Conselho e Diretoria) da Companhia foi alterada conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013.
- b. Em 14 de junho de 2013 a Reit Securitizadora realizou a 2ª emissão de CRIs, no valor total de R\$ 65.446.

Notas Explicativas

*Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.
Informações Trimestrais - ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2013*

- c. Em 15 de outubro de 2013 foram adquiridos créditos imobiliários representados por CCIs incondicionais, no montante de R\$ 59.792. Na mesma data ocorreu a emissão da 1ª e 2ª séries, lastreadas nos respectivos créditos.

* * *

BRUNO PATRÍCIO BRAGA DO RIO
DIRETOR PRESIDENTE

MÁRCIA MARIA CARNEIRO
DIRETORA DE REL. COM INVESTIDORES

LEANDRO MEDEIROS SILVA
CONTADOR
CRC/RJ 083548/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais – ITR

Aos Diretores e Acionistas da

Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Reit Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

A Companhia registrou uma correção de erro no patrimônio líquido de 31 de março de 2013, no valor de R\$ 7 mil, que em nosso entendimento, deveria ter sido efetuado durante o exercício de 2012 ou, ser apresentado na demonstração financeira subsequente, após a sua identificação, de acordo com os requisitos do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Tal erro foi gerado pelo registro incorreto de despesas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, verificamos que a Companhia tem registrado a receita de prestação de serviço, referente ao suporte administrativo ao cedente da operação em aberto em 31 de março de 2013 apenas no final de cada exercício. No nosso entendimento, tal receita deveria ser apropriada mensalmente de acordo com o prazo de fluência da operação a que a prestação do serviço está vinculada. Caso tal receita tivesse sido apropriada na competência correta, o resultado corrente do trimestre findo em 31 de março de 2013 seria aumentado de R\$ 17 mil.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos nos parágrafos de “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9.c, às informações trimestrais, que descreve a existência de uma reserva para retenção de lucros, registrada com base na Lei das S.A. e no CPC 13 - cujo valor refere-se a lucros acumulados de exercícios anteriores que estão sem destinação até a data da emissão da nossa conclusão. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório datado 28 de março de 2013, que não conteve qualquer modificação.

Ajuste do balanço patrimonial separado

Como parte da nossa revisão das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013, examinamos também o ajuste descrito na Nota Explicativa no 2.5 que foi efetuado para alterar a classificação contábil de algumas contas do balanço patrimonial separado de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tal ajuste é apropriado e foi corretamente efetuado. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia e/ou balanço patrimonial separado, referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer outra forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2012 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior

Contador CRC RJ-083314/O-7